ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SOCIOLOGIA DO DIREITO

- 1. A Sociologia como instrumento de compreensão da sociedade.
- 2. A importância do Judiciário no Estado Democrático de Direito.
- 3. Direito, Comunicação Social e opinião pública.
- **4.** Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.
- 5. Relações jurídicas virtuais.
- 6. Direitos étnicos, raciais e proteção às minorias e aos vulneráveis.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

- 1. Conceito de Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise.
- **2.** Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do Magistrado com a sociedade e mídia.
- 3. Problemas atuais de Psicologia com reflexos no Direito: assédio moral e assédio sexual.
- **4.** O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.
- **5.** Infância e juventude. Criminalização da pobreza. Justiça terapêutica. Doutrina da proteção integral à luz da Psicologia. Justiça restaurativa. A equipe interprofissional e a rede de atendimento à criança e ao adolescente.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

- **1.** Regime Jurídico da Magistratura Nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.
- 2. Direitos e deveres funcionais da Magistratura.
- 3. Código de Ética da Magistratura Nacional.

- **4.** Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.
- **5.** Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos Magistrados.
- **6.** Administração Judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

FILOSOFIA DO DIREITO

- 1. Equidade. Direito e Moral.
- 2. Hermenêutica, interpretação jurídica e racionalidade prática.
- **3.** Teorias da Justiça e da Argumentação. O método de interpretação pela lógica do razoável.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

- 1. Direito objetivo e Direito subjetivo.
- **2.** Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais do Direito. Jurisprudência. Súmula Vinculante.
- **3.** Eficácia da Lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito Brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.